

Coordenador diz que deu a ACM informações da CPI do Judiciário

Assessor do senador havia dito que pegou escondido os documentos

BRASÍLIA. O coordenador do Serviço de Apoio às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), Luiz Cláudio de Brito, afirmou ontem que forneceu ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) documentos obtidos pela CPI do Judiciário com a quebra de sigilo bancário e telefônico do ex-senador Luiz Estevão. A informação contradiz a dada pelo jornalista Fernando César Mesquita, assessor de Antonio Carlos, à revista "IstoÉ".

O ex-secretário de Comunicação do Senado afirmou, na conversa divulgada pela revista, que conseguiu apanhar escondido esses documentos, para depois repassá-los em segredo à imprensa.

— Ele conseguiu os documentos porque o então presidente do Senado pediu. Vou dizer isso na comissão, sem problemas — afirmou Luiz Cláudio.

O funcionário disse que vai confirmar essa informação quando for chamado pela comissão que investiga a participação de Mesquita nas informações gravadas na conversa

entre ele, o senador e procuradores da República. Luiz Cláudio disse ainda que foram feitos dois pedidos, e que nas duas ocasiões tomou a iniciativa de comunicar o fato a sua superiora, Cleide Ferreira Cruz.

Devido ao excesso de vazamento de informações durante a CPI do Judiciário, seu presidente, Ramez Tebet (PMDB-MS), determinou que o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) ficasse responsável pela segurança da documentação. Até aquela CPI, em 1999, qualquer senador poderia pedir documentos sigilosos. Desde então, só os senadores da comissão passaram a ter acesso aos documentos, precisando fazer o pedido por escrito.

Equipamento de votação será analisado hoje

A comissão de inquérito do Senado que apura a possibilidade de violação do painel começa hoje a fazer uma análise mais detalhada do equipamento que comanda a votação eletrônica no Senado. O presidente da comissão, Dirceu Teixeira

de Matos, convocou técnicos da firma Eliseu Kopp, que instalou e fez a manutenção do equipamento de 1997 até maio do ano passado; do Prodases (Centro de Processamento de Dados do Senado); da Panavídeo, que faz a manutenção atualmente; e da Universidade de Campinas (Unicamp), contratada pelo Senado como consultora.

Os dirigentes da Eliseu Kopp, que fica em Vera Cruz, no Rio Grande do Sul, disseram que não têm mais o controle do sistema, que estaria com o Prodases, mas sustentam que, em tese, seria possível violar o painel.

O diretor técnico da Panavídeo, Theodoro Américo, garante que sua empresa só faz a manutenção das peças do painel e do controle. A Panavídeo confirma a informação de que só o Prodases tem o controle do sistema. Antonio Carlos só poderia ter a lista dos votantes se algum funcionário do Prodases o ajudasse. A comissão está investigando essa hipótese e já tem como suspeito um ex-diretor do Prodases. ■